

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O que é bom não se mistura: os carnavais das elites em Porto Alegre (década de 1930)

Marcus Vinicius de Freitas Rosa*

Resumo: o artigo busca evidenciar os modos práticos e simbólicos através dos quais as elites porto-alegrenses, por ocasião do carnaval, em suas festas privadas ou em aparições públicas, pretendiam se diferenciar dos outros grupos sociais. Com isso, constata-se o estabelecimento de uma fronteira entre os festejos das elites e os das classes subalternas. Embora o carnaval seja um bem cultural comum a diferentes grupos sociais, os modos como ele é apropriado por esses grupos podem ser geradores de distinções, fronteiras e hierarquias. Essa abordagem pode, portanto, ser enquadrada como uma história social da cultura, onde a cultura é tomada como um campo de conflitos.

Palavras-chave: Carnaval – Elites – História Social

Abstract: The article aims to highlight the symbolical and practical means through which Porto Alegre elites intended to differ from the other social groups during the Carnival, in their private parties or in their public appearances. Thereby, one can verify the establishment of a border between the celebrations promoted by the elites and by the subaltern classes. Though the Carnival is a cultural good common to different social groups, the means by which it is appropriated by such groups can generate distinctions, borders and hierarchies. The present approach can therefore be classified as Culture Social History, in which culture is understood as a conflict field.

Key-words: Carnival – Elites – Social History

Este texto faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre as relações sociais estabelecidas por ocasião das festas carnavalescas em Porto Alegre, entre 1930 e 1961. Aqui, especificamente, o objetivo é enfocar os modos como as elites se apropriaram do carnaval, além de evidenciar os modos materiais e simbólicos através dos quais elas pretendiam se diferenciar dos outros grupos sociais. Embora o carnaval seja um bem cultural comum a diferentes grupos sociais, os modos como ele é apropriado podem ser geradores de distinções, fronteiras e hierarquias. Essa abordagem pode, portanto, ser enquadrada como uma história social da cultura, onde a cultura é tomada como um “campo de conflitos”. (THOMPSON, 1998: p. 17)

Os anos 30 do século XX constituem um período interessante para estudar os carnavais das elites. As décadas de 1930 e 1940 têm sido tratadas pela historiografia como o

* Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista do CNPq, com orientação do professor Dr. Benito Schmidt.

momento em que emergiram novas representações acerca de alguns elementos da *cultura popular*, transformando o carnaval, o futebol e o samba em símbolos integrantes da “identidade brasileira”. Como as elites locais reagiram à valorização de bens culturais que não eram associados à cultura das classes dominantes, mas às classes subalternas?

Em Porto Alegre, durante a segunda metade do século XIX, surgiram duas grandes sociedades carnavalescas: Esmeralda e Venezianos. Elas foram fundadas por oposição às festas populares: “*Contra aquela diversidade incômoda das ruas foi que se levantaram os defensores de um ‘Carnaval’ culto e sofisticado, portador de um significado único e superior, privilégio de uma elite selecionada.*” (LAZZARI, 2001: p. 29) Na década de 1930, a Sociedade Venezianos já não existia.

A Sociedade Esmeralda, entretanto, permaneceu como uma agremiação das elites locais, e gabava-se de ser “antiga”, “tradicional” e “distinta.” (*Correio do Povo*, 03.02.1932, p. 05). Suas festas carnavalescas eram luxuosas e seus corsos tinham por objetivo evidenciar esta distinção. Esmeralda e Venezianos, no século XIX, pretendiam se diferenciar das massas. Esse diferencial seria definido especialmente pela segregação entre aqueles que *deveriam desfilar* e aqueles que *deveriam assistir*. (LAZZARI, 2001: p. 103) Porém, foi possível encontrar alguns indícios dessa diferenciação durante a década de 1930:

“Precedendo o grandioso baile de sábado, será organizado um extenso curso de gala que desfilará pelas principais artérias da capital, dirigindo-se em seguida para o Clube Caixeiral, iniciando-se então, após a entrada triunfal da rainha, a grande noite carnavalesca esmeraldina.” (*Correio do Povo*, 03.02.1932, p. 05)

O trecho indica uma continuidade em relação ao século XIX. Entretanto, os desfiles em carro aberto não eram monopólio da Sociedade Esmeralda. Esse costume foi apropriado por outras agremiações porto-alegrenses. Durante a primeira metade da década de 1930, algumas parcelas das elites locais *ainda* pretendiam desfilar para o povo assistir: as massas não eram vistas por elas como sujeitos da festa.

Um exemplo de que essa distinção no desempenho dos papéis festivos estava presente nos carnavais do período pesquisado pode ser encontrado em uma nota intitulada “Cursos realizados ontem por várias sociedades locais”, publicada em 1934 pelo jornal *A Federação*:

“Ontem, as distintas sociedades locais, Filosofia, Esmeralda, Leopoldina, Gravatinhas, Casemiro de Abreu e Gaúchos Carnavalescos, antes de iniciarem os seus grandiosos bailes, fizeram lindos corsos pelo centro da cidade, percorrendo as principais ruas da capital.”

Enorme massa de povo aplaudiu com calor o desfile de todos os carros que compunha as referidas passeatas.” (A Federação, 12.02.1934, p. 02)

Na concepção das elites locais, a “massa de povo” deveria participar “aplaudindo com calor” o desfile de carros; deveria *assistir*, não *desfilar*.

A Sociedade Esmeralda deu continuidade a alguns costumes carnavalescos do final do século XIX. Durante as primeiras décadas do século XX, ela forneceu práticas que foram apropriados por outras sociedades, principalmente os corsos:

“Formarão um desfile maravilhoso de todo, os garridos conjuntos do Clube Recreio Juvenil, Clube do Comércio, Sociedade Filosofia, Recreio Juvenil, de São Leopoldo, Iate Clube, Grêmio Náutico Gaúcho, Clube Excursionista e Esportivo, Sociedade Turner Bund, os quais darão à primeira festa de Carnaval do ano uma nota de grandiosa animação.” (Jornal do Estado, 20.01.1940, p. 06)

É preciso ressaltar que o trecho acima reproduzido não menciona a Sociedade Esmeralda, pois foi escrito em 1940, no *Jornal do Estado*, momento em que já não são encontradas informações sobre ela na imprensa. Além disso, a descrição do “desfile maravilhoso” das agremiações citadas não tinha o mesmo tom pomposo (e nem mesmo a grande dose de idealização) do que aqueles artigos que, ao longo da primeira metade da década de 1930, descreviam os corsos da Sociedade Esmeralda. Eis um exemplo:

“Tudo concorreu para o feliz êxito da esplêndida noite de carnaval esmeraldino, a começar pelo seu deslumbrante curso de gala que, formando-se na frente da Prefeitura Municipal, em cujo saguão se haviam reunido os fantasiados, desfilou pela rua 7 de Setembro, até a Praça D. Thomé, e, após contorna-la, entrou triunfalmente na rua dos Andradas. À frente, vinham montados em corséis ricamente ajazados, os componentes de uma banda de clarins, cujo clangor [sic] enchia os ares, fazendo com que a formidável massa de povo que, cheia de ansiedade, se acotovelava ao longo de nossa principal rua, abrisse alas para ovacionar a Esmeralda e a sua rainha. Uma disciplinada turma de inspetores da Guarda Civil, montados em motocicletas, abria o préstito como batedores.” (Correio do Povo, 09.02.1932, p. 06)

A pretensão à distinção social manifestada pela Sociedade Esmeralda foi intensificada pelo modo com que o desfile foi narrado. O fato de os integrantes do “deslumbrante curso de gala” estarem reunidos no saguão da Prefeitura Municipal, de onde partiu o curso, cujo caminho foi aberto por batedores da Guarda Civil, denuncia a possibilidade de uma entidade *privada* contar com bens *públicos* em seu desfile. Não encontrei blocos populares que pudessem fazer o mesmo. Isso denota uma hierarquia no acesso a esses bens e, conseqüentemente, distinções na forma como a Esmeralda desempenhava seu papel social como elite durante o carnaval.

Foi somente no final da década de 1940 que encontrei um indício de que aquela antiga e tradicional forma de manifestação carnavalesca estava sendo vista como decadente: “O CORSO, senhores, constituiu um fiasco tremendo. Este gênero de carnaval está definitivamente morto. Os raros caminhões e a triste enfiada das limousines desfilaram como num enterro...”. (*Revista do Globo*, 13.03.1948, p. 43) Entretanto, é importante ressaltar que, embora a nota decreta a falência dos cursos, fez referência a “caminhões” e “limousines”, ou seja, mencionou dois tipos de veículos que denotam diferentes acessos a bens materiais e seus respectivos significados.

O carnaval servia como um modo de lazer através do qual as elites podiam despender suas economias ou ostentar luxo em desfiles de carros, bailes, festas restritas, trajes e fantasias. Tais práticas estabeleciam distinções entre o autoproclamado “grand-monde” porto-alegrense e os outros grupos sociais, podendo, portanto, ser vistas como marcas de identificação dessas elites. Essa diferenciação acontecia tanto em termos materiais quanto em termos simbólicos, pois às classes mais abastadas eram reservados os significados de distinção atribuídos a algumas manifestações que só poderiam ser executadas por quem tivesse os recursos econômicos necessários.

No carnaval de 1932, o *Correio do Povo* publicou uma nota intitulada “Caminhões da limpeza pública para o Carnaval”, indicando que diversos blocos populares poderiam ter o seu momento de fama através de aparições públicas em *caminhões de lixo*. (*Correio do Povo*, 06.02.1932, p. 09) Nesse sentido, desfilar em “caminhões” não teria o mesmo significado que desfilar em “limousines”, um veículo tradicionalmente mais associado aos “de cima” do que aos “de baixo”.

Em relação à Sociedade Esmeralda, já não são encontradas informações referentes ao final da década de 1930. Entretanto, os nomes de suas antigas co-irmãs continuaram aparecendo repetidamente ao longo de todo o período pesquisado (principalmente na *Revista do Globo*): Sociedade Filosofia, Club do Comércio, Country Club, Club Excursionista, Sociedade Gravatinhas, Sociedade Casemiro de Abreu (Grupo Marajó), Sociedade Leopoldina, Iate Club, Grêmio Náutico Gaúcho, Club Jocotó, Club Recreio Juvenil, Sociedade Oxford. Todas eram agremiações das classes médias e das elites locais, e sua análise auxilia na definição de um limite metodológico entre os “de cima” e os “de baixo” ao

longo dos festejos carnavalescos. Suas festas privadas evidenciam que os desfiles de carro não eram a única forma de distinção.

De acordo com Lazzari, os desfiles das grandes sociedades do XIX tinham um aspecto interessante: Esmeralda e Venezianos, antes de seus bailes, desfilavam pelas ruas, mas, quando chegavam às portas dos seus salões, o povo ficava do lado de fora. As elites ocupavam os espaços públicos, mas os populares não poderiam, de forma alguma, ocupar os espaços privados. (LAZZARI, 2001: p. 114) Íris Germano, refletindo sobre os carnavais de um outro período, defende que nos anos 30 e 40 do século XX, a elite se afastou das ruas, mas organizou ativamente as festas nos clubes, salões e agremiações privadas. (GERMANO, 1999: p. 86) Ao longo da década de 1930, uma preocupação constante das elites foi a de estabelecer um distanciamento entre o “carnaval de salão” e o “carnaval de rua”.

Para as festas nas associações privadas citadas mais acima, os ingressos não eram vendidos, mas distribuídos em locais determinados e entregues pelos próprios membros das classes médias e das elites locais, cujos nomes eram especificados. Ao contrário de uma festa onde o contato entre diferentes grupos propiciaria uma “congregação”, as elites locais se apropriavam do carnaval de modo a estabelecer uma segregação.

Isto pode ser encontrado na preocupação quanto à distribuição dos ingressos para os eventos, ou seja, com o caráter restrito da festa. Isso é sugerido pela nota relativa à realização de um “grandioso baile” a que deveria comparecer “semente a elite” da capital gaúcha. (*A Federação*, 27.01.1934, p. 02) Essa nota enfatizava o local e o nome das pessoas aptas a fornecer os convites:

“Country Club, dr. Álvaro Soares, na Companhia Energia Elétrica Rio Grandense; Sociedade Esmeralda, sr. Osvaldo Castro, na Flora Medicinal; Club do Comércio, pelo respectivo tesoureiro, na sede, à rua dos Andradas; Iate Clube, sr. Homero Soares, na Casa Carneiro, rua 15 de Novembro; Sociedade Germânia, sr. Roberto Bromberg, na firma Bromberg S.A., na rua 7 de Setembro; Club Juvenil, sr. José Carlos Daudt, na rua Dr. Flores n. 188; Club Jocotó, sr. Carlos Dutra, na Secretaria das Obras Públicas; Club Excursionista, pelo respectivo tesoureiro, na sede; Filosofia, sr. Argemiro Remborski, no Tesouro do Estado.” (*A Federação*, 27.01.1934, p. 02)

Os nomes das agremiações se repetiam, fazendo pressupor que os participantes daquelas festas não variavam: eram clubes que constituíam um grupo fechado. Além disso, esse trecho denuncia não só a preocupação com a exclusividade na entrega dos convites, mas

também as atividades profissionais de alguns membros daqueles clubes, em sua maioria, funcionários públicos e comerciantes.

Nos periódicos pesquisados, como, por exemplo, *Revista do Globo*, *Correio do Povo*, *A Federação*, o termo “sociedade” apareceu mais associado ao carnaval das elites e das classes médias urbanas, geralmente fazendo referência aos festejos nos clubes e salões privados, como é o caso do Clube do Comércio:

“No Clube do Comércio foi assim. Seus bailes burlescos transbordaram de gente e de animação. Todo o grand-monde porto-alegrense lá se reuniu. Banqueiros, políticos, grandes industriais, professores da universidade, senhoras ilustres, toda a gente caiu no barulho.” (Revista do Globo, 08.03.1941, p. 26)

O redator da *Revista do Globo* fez questão de mencionar as diferentes atividades profissionais daqueles que estavam presentes, descritos como integrantes do “grand-monde porto-alegrense”: banqueiros, políticos, industriais e professores da universidade. Como se pode ver, cada uma das diferentes dimensões da elite contavam com representantes no evento citado: as elites políticas, as econômicas e as intelectuais.

O jornal *A Federação* anunciou que o programa do carnaval oficial de 1934, elaborado por uma Comissão Diretora designada pela prefeitura, foi aprovado pelo prefeito, Major Alberto Bins, prevendo um “baile masqué” no Salão Azul do Cassino da Pedra Redonda. A nota salientava: “*Dessa festa só participarão pessoas munidas de ingressos especiais que serão fornecidos oportunamente e as que apresentarem à Comissão Diretora do Carnaval de 1934 recibo das sociedades*”. (*A Federação*, 10.01.1934, p. 02). Nenhum ingresso foi vendido. De acordo com Norberto Guarinello, as festas apresentam diferentes níveis de restrição, mas sempre traçam fronteiras entre os incluídos e os excluídos, entre os aptos a delas participar e os estranhos. (GUARINELLO, 2001: p. 973)

Fica nítido que as elites locais queriam privar as massas de suas festas carnavalescas, ou seja, mantê-las longe de seus clubes. O Cassino da Pedra Redonda foi fechado exclusivamente para aquele evento: o objetivo era evitar misturas indesejáveis. Tal preocupação era generalizada, pois ficava também evidente nas páginas de outros jornais, como o *Correio do Povo*, quando a Sociedade Casemiro de Abreu oferecia bailes para as “principais sociedades” da capital gaúcha, salientando:

“Não serão permitidas as fantasias de jeca, malandro, apache, mecânico e outras que se julgarem inconvenientes.

De conformidade com o que ficou resolvido pela diretoria, somente serão aceitos “assaltos” dos grupos e cordões convidados, cuja recepção far-se-á depois das 23 horas.” (Correio do Povo, 19.02.1936, p. 07)

A Sociedade Casemiro de Abreu tinha o cuidado de garantir a presença somente de pessoas convidadas: os “cordões de nossas principais sociedades”. Havia também uma preocupação com os chamados “assaltos”, prática que consistia em visitas de blocos carnavalescos, sendo um hábito comum tanto entre as classes subalternas quanto entre as elites, e, justamente por isso, motivo de preocupação.

Além disso, a matéria comenta que os integrantes do Grupo Marajó, cordão carnavalesco daquela sociedade, deveriam vestir “finíssimas fantasias”, “artisticamente criadas”, para desfilar em um “ambiente seletivo”. (*Correio do Povo*, 19.02.1936, p. 07) Isso justificava a proibição de fantasias “inconvenientes”, como as de “jeca”, “malandro”, “apache” e “mecânico”. Ou seja, trajes que poderiam ser usados por blocos populares. Assim, a vestimenta manifestava uma “simbolização da posição social”, atuando, assim, como forma de distinção. (BOURDIEU, 1983: p. 105)

A fantasia utilizada na festa era também um instrumento de seleção. Fantasias ou roupas de baixo custo poderiam denunciar a presença de pessoas indesejadas. Era essa a preocupação do Clube do Comércio. O *Correio do Povo* noticiou que o “aristocrático” Clube do Comércio destinou uma festa “da mais alta distinção” às “excelentíssimas famílias”, obviamente associadas ao Clube, dado que o evento seria freqüentado “exclusivamente pelos senhores sócios” (ou pelos “forasteiros” por eles indicados) que estivessem munidos de um “ingresso especial”. Além disso, deveriam vestir traje de “gala”, “fantasia” ou “linho branco”. (*Correio do Povo*, 20.02.1936, p. 10)

Tais preocupações aparecem novamente na organização de um evento no Cassino Farroupilha, qualificado como “distinto ponto de reunião da alta sociedade porto-alegrense”, e destinado exclusivamente ao “meio social”. Estabelecendo que o traje das senhoras e senhoritas seria o de “*soirée*”, enquanto os cavalheiros deveriam vestir “linho branco”, a nota advertiu: “*haverá rigorosa seleção na freqüência, sendo determinada a proibição do uso de fantasias, tais como: apaches, pijamas, malandro, etc.*” (*Correio do Povo*, 13.02.1936, p. 10)

A preocupação com o tipo de traje manifesta a necessidade de manter um “ambiente de verdadeira elegância”, justificando a “rigorosa seleção na freqüência”. Embora fosse uma festa à fantasia, determinados trajes estavam proibidos. As notas de jornal sobre as festas das

elites evidenciam, explicitamente, a rígida preocupação com a exclusividade e a distinção, estabelecendo uma segregação: não poderia haver misturas entre os “de cima” e os “de baixo”.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. “Patriotas, festeiros, devotos... As comemorações da Independência na Bahia (1888-1923)”. In: CUNHA, Maria C. P. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 2002.

BOBBIO, Norberto. “Elites, teoria das” (verbete). In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1993.

BOURDIEU, Pierre. “Gostos de classe e estilos de vida”. In: ORTIZ, Renato. (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1983.

BURKE, Peter. *A Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CHARTIER, Roger. “‘Cultura Popular’: revisitando um conceito historiográfico”. In: Estudos Históricos, vol. 8, nº 16, Rio de Janeiro, 1995.

CUNHA, Maria C. P. “Apresentação”. In: CUNHA, Maria C. P. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 2002.

GERMANO, Iris. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40*. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 1999.

GUARINELLO, Norberto Luiz. “Festa, trabalho e cotidiano”. In: JANCSÓ, István. KANTOR, Iris. (Orgs.). *Festa: cultura e sociedade na América Portuguesa*. São Paulo: Fapesp/Imprensa Oficial, 2001. pp. 969-975.

HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 07.

LAZZARI, Alexandre. *Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2001.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.